
GESTÃO DE RISCO



2020

Parte 1: estrutura da gestão de risco; atendimento à resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional e às circulares nº 3.678, 3.930 e 4.003 do Banco Central do Brasil (parte qualitativa)

Índice

Risco Corporativo	3
Objetivos.....	3
Governança.....	4
Divulgação das Políticas	5
Declaração de Appetite a Risco	5
Teste de Estresse Integrado	5
Risco Operacional	6
Descrição	6
Responsabilidade dos Comitês	7
Metodologia	7
Alocação de Capital.....	8
Ferramentas.....	8
Comunicação	9
Risco de Mercado	10
Descrição	10
Responsabilidade dos Comitês	11
Ferramentas.....	11
Carteira de Negociação e Não-negociação	12
Estrutura de Limites	13
Juros na Carteira de Não Negociação	13
Risco de Liquidez	14
Descrição	14
Responsabilidade dos Comitês	15
Ferramentas.....	15
Risco de Crédito	16
Descrição	16
Critérios de Gestão de Crédito	17
Fluxo de Aprovação.....	19
Rating.....	19
Monitoramento de Crédito	19
Gestão de Garantias.....	20
Revisão de Crédito	20
Risco Atribuído.....	20
Processo de Recuperação de Crédito	20
Responsabilidade dos Comitês	20
Responsabilidade Socioambiental.....	22
Conclusão	22

Risco Corporativo

Objetivos

O Banco ABC Brasil entende que a gestão de risco é um processo que visa à criação e preservação do valor da instituição, propiciando garantia razoável de que eventos que possam afetá-la sejam identificados e, ato contínuo, geridos de acordo com seu apetite de risco.

Para tanto, mantém estruturas dedicadas às atividades de gestão de risco, que avaliam, monitoram e informam tanto o risco assumido, quanto o apetite de risco da organização, propondo medidas que reforcem a execução dos processos, corrijam falhas e coíbam práticas não condizentes com os padrões exigidos. Objetiva também atender à Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional, que rege as atividades das estruturas de gestão de riscos.

O arcabouço desenvolvido pelo Banco ABC orienta-se para a realização de objetivos que são atingidos por meio de ações que permitam:

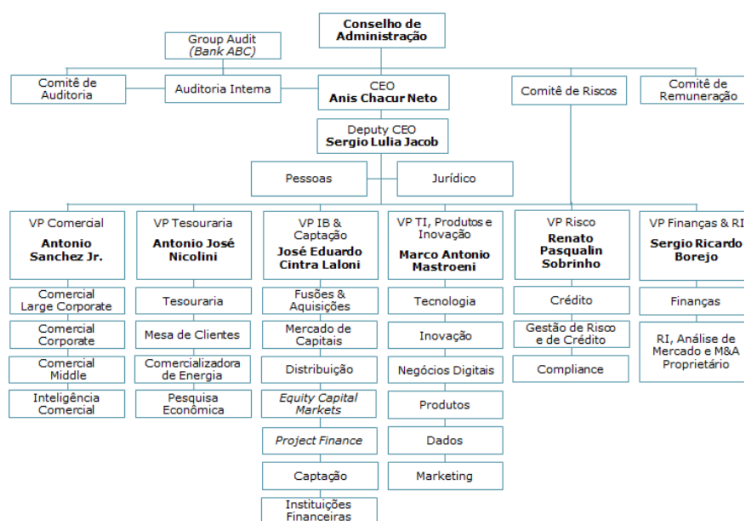
- alinhar o apetite por risco e a estratégia adotada;
- tomar decisões em resposta aos riscos;
- reduzir surpresas e prejuízos operacionais;
- identificar e administrar riscos inerentes aos empreendimentos;
- fornecer respostas integradas aos diversos riscos;
- aproveitar as oportunidades;
- melhorar a alocação de capital.

A Gestão do Risco Corporativo é de responsabilidade de todas as áreas e colaboradores, que devem executar suas atividades da melhor maneira e informar tempestivamente os riscos, falhas e deficiências de controles às áreas com condições de tratá-los. É exercida, porém, de forma centralizada pela Vice-Presidência de Crédito e Riscos e pela Auditoria, que respondem disciplinarmente à Presidência e funcionalmente ao Comitê de Risco do Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria, respectivamente.

Governança

ABC Brasil, empresa de capital aberto, com ações negociadas na B3, no nível II, considera que a empresa deve ser gerida com foco principal na geração de valor aos acionistas, sem ferir o direito das partes interessadas e respeitando as leis que regulam os mercados, dentro de padrões éticos aceitos e recomendados.

A estrutura de governança do Banco baseia-se na regulação da B3, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil, contando com órgãos como Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Diretoria Executiva, além de colégios internos, como Comitê de Risco do Conselho e outros comitês operacionais.



O Conselho de Administração é responsável pela definição do apetite de risco da Instituição, pela aprovação das estratégias de negócios e pela manutenção de padrões elevados de governança. Deve garantir a efetividade do arcabouço de gestão de risco, provendo independência e recursos para seu bom funcionamento. Recebe para isto o suporte dos órgãos e comitês criados para este fim.

À Diretoria Executiva cabe a execução das definições do Conselho de Administração e a gestão das atividades da instituição.

Ao Diretor responsável pelo Gerenciamento de Riscos da instituição (CRO) cabe a responsabilidade da supervisão do desenvolvimento, implementação e desempenho da estrutura de riscos, além da adequação ao apetite a riscos e objetivos estratégicos das políticas, processos, relatórios, sistemas e modelos utilizados no gerenciamento de riscos. Cabe também

ao CRO a responsabilidade da adequada capacitação dos integrantes da estrutura de gestão de riscos e por fim subsidiar e participar do processo de tomada de decisões estratégicas relacionadas ao gerenciamento de riscos, auxiliando o Conselho de Administração da instituição.

Divulgação das Políticas

As políticas de gestão de risco estão divulgadas em página interna (intranet), onde as normas estão publicadas e acessíveis a todos os colaboradores do Banco.

Declaração de Appetite a Risco

Em cumprimento a Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional, a estrutura de gestão de risco mantém e gerencia o Appetite a Risco da instituição.

O Banco define Appetite a Risco como o tipo agregado e o nível de risco que está disposto a assumir, dentro de sua capacidade de gerenciá-lo, de forma a alcançar seus objetivos estratégicos e plano de negócio e não colocar em risco a sustentabilidade financeira da Instituição no curto, médio e longo prazo.

A Declaração de Appetite a Risco do Banco é composto por limites que permitem o monitoramento de todos os riscos relevantes, inclusive os não financeiros, proporcionais ao tamanho e complexidade da instituição.

Teste de Estresse Integrado

Através da liderança e gestão da estrutura de risco e em conformidade com a Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional, o Banco realiza anualmente o Teste de Estresse Integrado, onde considera todos os riscos relevantes da instituição, com o objetivo de simular seus principais indicadores em cenários de estresse e a capacidade da instituição em suportar os impactos dos choques adversos.

Risco Operacional

Descrição

O Banco reconhece que o Risco Operacional constitui uma categoria específica de risco e como tal deve ser gerenciada. Sua abrangência deve compreender toda a instituição, envolvendo para tanto todos seus colaboradores, e considerar seus processos, atividades, sistemas, produtos e estrutura física. O risco operacional contempla os riscos legais e conta com o suporte da Área Jurídica.

A Resolução 4.557 do Conselho Monetário Nacional, em consonância com recomendações do Comitê de Basileia, determina que as instituições financeiras criem e mantenham uma estrutura de gestão de risco operacional. Esta deve ser capaz de propiciar garantia de que eventos que possam afetar de forma material a organização sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de acordo com o apetite de risco da organização.

A gestão baseia-se na contínua utilização de ferramentas específicas. É rotineiramente monitorada em âmbito corporativo por auditorias internas e externas e pelo Comitê de Risco Operacional, Compliance e Segurança da Informação, constituído para este fim. A efetividade das ações é reforçada pela comunicação tempestiva à Administração, pelo envolvimento dos colaboradores e pelos esforços de disseminação da cultura de gestão de risco.

O objetivo da gestão do risco operacional é a avaliação ponderada e constante da exposição a risco e a consequente definição da atitude a ser tomada para cada um deles: aceitação, redução, compartilhamento ou eliminação do risco.

A gestão de riscos operacionais está estruturada em três linhas de defesa. O primeiro responsável é o gestor das áreas responsáveis pelos processos, sistemas ou produtos. Em segundo lugar, os riscos são mapeados, juntamente com seus controles e mitigadores, e acompanhados pela Área de Gestão de Riscos, que detém a responsabilidade de desenvolver e disponibilizar ferramentas. Por fim, a Auditoria posiciona-se como a última instância de monitoramento, tanto das áreas operacionais, de negócios ou de suporte, quanto das outras áreas de controle e gestão de risco.

*Responsabilidade
dos Comitês*

- *Comitê de Risco do Conselho (CRC)*: aprovação da estrutura de gestão de risco operacional; composto pelos membros do Conselho de Administração, incluindo o Presidente e o Vice-Presidente, com acesso facultado aos membros remanescentes.
- *Comitê Executivo*: garantir que a estrutura aprovada pelo CRC funcione de forma independente e com recursos próprios suficientes; aprovação de pontos levantados pelo CROCS (ver abaixo) que necessitem de suporte institucional; composto pelo Presidente Executivo e Vice-Presidentes Executivos;
- *Comitê de Risco Operacional, Compliance e Segurança da Informação (CROCS)*:
 - promoção da cultura de gestão de risco;
 - políticas de gestão de riscos, compliance e segurança da informação;
 - acompanhamento dos pontos identificados pela Auditoria, Compliance, Gestão de Riscos, Tecnologia, Segurança da Informação ou pela própria área afetada e das respectivas ações corretivas e/ou planos de ação;
 - arbitragem de assuntos envolvendo mais de uma área ou de conflito de interesses.
 - composto pelos VPs Executivos de Crédito e Riscos e de Operações e pelos gestores de Risco, Compliance, Operações, Controladoria, Tecnologia, Jurídico e convidados.

Metodologia

O modelo de gestão do Risco Operacional prevê:

- Identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional por meio de instrumentos e sistemas de gestão;
- Mapeamento de risco e controles estruturado de forma sistemática para cada processo mapeado (Matriz de Risco e Controle);
- Avaliação dos riscos e controles de acordo com metodologia interna da instituição e suporte de sistema eletrônico dedicado;
- Indicadores-chave de risco;
- Bases de dados de perdas e de incidentes;
- Testes de controles;
- Comunicação;
- Treinamento.

Alocação de Capital

O Banco optou pela “Abordagem Padronizada Alternativa” para cálculo da parcela do patrimônio de referência exigido referente ao risco operacional (Resolução nº 4.193 e Circular nº 3.640 – atualizada pela Circular nº 3.675).

Ferramentas

Matriz de riscos e controles

- Avaliação inicial dos riscos quanto a impacto e probabilidade de ocorrência em caso de ausência de controles (riscos inerentes) e depois com o controle aplicado (risco residual);
- Avaliação individual dos controles quanto ao grau de mitigação por dois conceitos: sua qualidade e a efetividade com que é aplicado;
- Análise da coerência entre a mitigação identificada pela comparação dos riscos inerentes com os riscos residuais e a qualidade identificada do controle;
- Incorporação de todos os dados no sistema eletrônico de risco operacional, permitindo a identificação dos maiores riscos ou de controles deficientes, a elaboração de relatórios e a definição de planos de ação;

Indicadores chave de risco

- Para riscos relevantes há indicadores capturados e cadastrados no sistema de gestão de risco operacional;
- Os indicadores permitem a identificação tempestiva de problemas operacionais e a elaboração de planos de ação.

*Ferramentas
(continuação)*

Base de dados de perdas operacionais

- A base é composta das perdas operacionais, que são classificadas por categoria de risco operacional e linhas de negócio e registradas no sistema eletrônico de gestão de risco operacional, depois de conciliadas com os dados contábeis;
- A base de perdas auxilia na avaliação dos riscos e controles registrados na matriz de risco, permitindo sua aferição e a definição de planos de ação;

Base de dados de falhas operacionais

- Também são capturadas falhas que não resultaram em perdas operacionais;
- Estas são cadastradas em base de dados dedicada e usadas para aferição da matriz de risco e para identificação da necessidade de planos de ação;

Testes de controle

- Os controles associados a processos críticos são testados pela Área de Gestão de Risco durante o ano;
- Os testes permitem a aferição da qualidade dos controles registrados na matriz de riscos e controles;
- Adicionalmente, existe todo o trabalho de auditoria que também testa controles e coleta evidências;
- Os testes derivam em planos de ação se os controles forem identificados como insatisfatórios.

Comunicação

Dá-se por meio de reuniões, relatórios e treinamentos. Existem relatórios específicos preparados para o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria, membros do Comitê Executivo e da Diretoria, além dos participantes do Comitê de Risco Operacional, Compliance e Segurança da Informação.

Risco de Mercado

Descrição

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas. Incluem-se neste conceito os riscos das operações sujeitas à variação do câmbio, de taxa de juros, de preço de ações e de mercadorias.

A gestão do risco de mercado é exercida utilizando-se de informações internas que a Área de Gestão de Riscos, que centraliza as atividades de controle e monitora a exposição das carteiras, provê diariamente à Administração, à Tesouraria e aos membros do Comitê Financeiro.

A Área de Gestão de Riscos, adicionalmente, elabora relatórios específicos para o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria, devendo também divulgar o apetite de risco às áreas envolvidas na gestão do risco de mercado e participar do processo de aprovação de novos produtos ou atividades.

A Tesouraria executa as decisões do Comitê Financeiro e administra posições das carteiras de negociação e de não-negociação dentro dos limites determinados para sua atuação. O Comitê Financeiro discute formalmente as exposições em suas reuniões semanais e traça a estratégia para o período seguinte, devendo sempre garantir que os limites estejam adequados ao apetite de risco e à conjuntura dos mercados e agir de imediato em caso de desenquadramento.

O apetite de risco é expresso na forma de limites, que são aprovados para cada ano-calendário, ou para períodos mais curtos se necessário; são instâncias aprovadoras o Comitê Financeiro e o Comitê de Risco de Conselho do ABC Brasil.

A estrutura de gestão do risco de mercado segue os padrões de governança do Banco. A linha de reporte da Tesouraria garante independência em relação a outras áreas de negócio. O mesmo se dá com a Área de Gestão de Riscos, que reporta disciplinarmente ao Vice-Presidente de Crédito e Risco.

*Responsabilidade
dos Comitês*

- *Comitê de Risco do Conselho*: aprovação da estrutura de gestão de risco de mercado; aprovação dos limites de exposição a risco e demais atribuições de acordo com a Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional;
- *Comitê Executivo*: garantia de que a estrutura aprovada pelo *Comitê de Risco do Conselho* funcione de forma independente, contando com recursos próprios suficientes;
- *Comitê Financeiro*:
 - pré-aprovação dos limites de exposição a risco;
 - monitoramento das posições de tesouraria e definição da estratégia para o período subsequente;
 - avaliação do cenário econômico e financeiro;
 - composto pelo Presidente, Vice-Presidentes Executivos e gestores de Tesouraria, Riscos, Captação e Informações Gerenciais

Ferramentas

As principais ferramentas usadas pelo banco na gestão do risco de mercado são:

- *Valor-ao-Risco (VaR ou “Value-at-Risk”)*: Indicador que mede o valor em unidades monetárias da maior perda que uma carteira pode sofrer em dado período para um nível de confiança estatístico predeterminado. Pode ser calculado de diversas formas, mas todas levam em conta a distribuição de retornos das carteiras. A vantagem do indicador é permitir a agregação do risco de classes de ativos diferentes, levando em conta a correlação entre seus retornos, e ser uma medida simples para definição de limites de exposição. Os relatórios diários gerados mostram o cálculo do VaR para diversos fatores de risco, ajudando na identificação de concentração de riscos nas carteiras e orientando as ações mais efetivas de redução da exposição. O cálculo baseia-se em um modelo de VaR histórico com janela de observação de um ano, período de retenção de um dia e nível de confiança de 99%. O VaR histórico, porém, como mencionado no item “testes de estresse” abaixo, é lento em considerar o impacto inicial de eventos extremos, resultantes de choques fortes que causem mudanças abruptas nos preços e nos padrões de correlação de retornos.

Ferramentas (continuação)

- *Análise de sensibilidade (DV01)*: Indicador de renda fixa; mostra o ganho ou perda resultante do deslocamento paralelo de 1bp (basis-point – um centésimo de ponto percentual) na estrutura a termo de taxa de juros. Também serve para indicar concentração de risco, já levando em conta que o efeito de alteração nas taxas de juros é mais acentuado para prazos mais longos.
- *Testes de estresse*: Resultado da aplicação de cenários de crise nas carteiras. Podem ser cenários históricos, representando os efeitos de crises ocorridas, ou cenários hipotéticos. Tais cenários devem levar em conta a variação dos preços em um período de tempo adequado para considerar tanto o efeito acumulado dos choques, quanto o necessário à reversão ou hedge das posições de risco. Permite que se leve em conta eventos extremos, mas factíveis, que estariam na cauda das curvas de distribuição de retornos, que é desconsiderada no cálculo de VaR.
- *Testes de aferição (“Back-testing”)*: Testes em que se comparam os retornos diários das carteiras com a perda máxima prevista pelo VaR com um dado nível de confiança. Por exemplo, se o VaR for com nível de confiança de 99%, nos restantes 1% das vezes a perda ocorrida deve ser estatisticamente maior que o VaR calculado. O objetivo é verificar a aderência do modelo usado para os cálculos de VaR.

Carteira de Negociação e Não-negociação

Seguindo os conceitos do Comitê da Basileia e em atendimento a resolução do Conselho Monetário Nacional, as operações financeiras são classificadas como parte da “Carteira de Negociação” (*trading book*) ou da “Carteira de Não-Negociação” (*banking book*) em função do propósito de sua constituição.

A “Carteira de Negociação” consiste no conjunto de posições em instrumentos financeiros e commodities negociadas com o objetivo de ganhos decorrentes de mudanças de preços de mercado ou de cobertura a outras posições da mesma carteira. Todas as posições remanescentes são classificadas na carteira de “Não-Negociação”.

*Carteira de
Negociação e
Não-negociação
(continuação)*

Requisitos para operações da carteira de negociação:

- Apreçamento diário;
- Sem restrições contratuais ou legais à liquidação da posição;
- Liquidez elevada do instrumento ou dos instrumentos passíveis de serem usados para cobertura;
- Responsabilidade das mesas de tesouraria nacional ou internacional, que têm liberdade de posicionar-se dentro dos limites estipulados e da estratégia aprovada.

*Estrutura de
Limites*

- Carteira total: limite de VaR;
- Carteira de negociação: limites de VaR para a carteira e por fator de risco; exposição a fatores de risco; perdas (stop-loss) da carteira de negociação;
- Carteira de investimento (títulos classificados na contabilidade como disponíveis para venda): limites de volume e prazo em função do indexador.

*Juros na Carteira
de Não
Negociação*

A exposição descaçada do risco de taxa de juros na carteira de não negociação é acompanhada diariamente por conta do limite de VaR estabelecido para a carteira total e monitorada por meio de relatório específico. Além disso, o Banco aloca capital econômico segundo circular 3876 do Banco Central do Brasil (cálculo do IRRBB), baseado nas abordagens de valor econômico (Δ EVE) e intermediação financeira (Δ NII).

Risco de Liquidez

Descrição

O risco de liquidez apresenta-se basicamente de duas formas:

- *Risco de funding*: relativo ao acesso a fundos para honrar obrigações ou expansão das atividades; apresenta uma componente temporal definida pela ocorrência de desequilíbrios entre as entradas e as saídas de recursos que possam afetar a capacidade de pagamento, levando-se em consideração as moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações;
- *Risco de liquidez de mercado*: relativo à capacidade de atuar nos mercados sem provocar grandes deslocamentos de preço ou taxa.

A gestão do risco de liquidez é exercida pelo Comitê Financeiro e executada pela Tesouraria, dentro dos limites determinados para sua atuação, por meio da captação e aplicação dos recursos do caixa e da administração dos descasamentos entre entradas e saídas no tempo. Conta com o suporte da área de Gestão de Risco, que monitora os níveis aceitáveis de liquidez no presente e no futuro, e da área de Planejamento Estratégico, que concentra as informações para o controle das posições de caixa. Os relatórios diários gerados são enviados à Tesouraria, à Diretoria Executiva e à Auditoria Interna. Semanalmente, o Comitê Financeiro reavalia a estratégia para o período seguinte.

O Banco capta recursos basicamente no mercado de atacado. Por conta disto, a diversificação é essencial para garantir recursos estáveis que permitam o financiamento tanto das carteiras existentes, quanto de seu crescimento. Para tanto, investe em relacionamento com clientes corporativos, institucionais (como fundações, fundos de pensão, fundos mútuos, seguradoras, etc.), gestores de *private bank* e outros bancos - nacionais e internacionais. Ademais, o volume de captação de cada cliente é sujeito a regras para evitar concentração excessiva em nomes e datas de vencimento.

*Responsabilidade
dos Comitês*

- *Comitê de Risco do Conselho:* aprovação da estrutura de gestão de risco de liquidez;
- *Comitê Executivo:* aprovação da estrutura de gestão de risco de liquidez; garantia de que tal estrutura funcione de forma independente, contando com recursos próprios suficientes;
- *Comitê Financeiro:*
 - aprovação dos limites de liquidez e definição do caixa mínimo;
 - monitoramento da liquidez e definição da estratégia para o período subsequente;
 - avaliação do cenário econômico e financeiro e ativação do plano de contingência de liquidez.

Ferramentas

- *Colchão de liquidez:* a posição de caixa deve ser suficiente para suportar um cenário de estresse severo pelo tempo necessário para tomar as providências cabidas e garantir que elas produzam seus efeitos; tais cenários levam em conta os passivos vincendos, resgate de aplicações, perda de valor de títulos públicos, chamada de margens, taxa de renovação de ativos e outros;
- *Mapas de fluxo de caixa:* indica a evolução da posição de caixa em faixas de tempo, servindo para avaliação do comportamento por produto ou tipo de cliente e a adequação do perfil temporal das captações para financiar as carteiras ativas do banco;
- *Plano de contingência de liquidez:* plano que indica as ações a serem tomadas na gestão das carteiras, nas atividades da Tesouraria, na elaboração de relatórios, na gestão de crise e outras situações; considera diferentes cenários e, em cada um deles, diversos graus de severidade.

Risco de Crédito

Descrição

O Banco, por operar com clientes corporativos, tanto de grande, quanto de médio porte, optou por criar estruturas especializadas para a análise e concessão de crédito, com o objetivo de ser mais eficiente e preciso nas análises, estabelecimento de limites e definição das garantias exigidas.

A aprovação das linhas é de responsabilidade dos Comitês de Crédito até os limites de suas alçadas. Acima disto, a aprovação é exclusiva do Comitê de Risco do Conselho de Administração.

A gestão é atributo da área de Análise de Crédito no que se refere às linhas individuais a clientes e grupos econômicos. Contam com suporte da área de Administração de Crédito para garantir que os riscos estejam nos limites estipulados e que as garantias estejam nos padrões requeridos de cobertura e qualidade.

A Área de Gestão de Risco acompanha os créditos do ponto de vista de carteira, monitorando concentrações e avaliando os impactos de cenários adversos. Os relatórios gerados são enviados regularmente ao Comitê de Risco de Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e à Diretoria Executiva.

O modelo de negócio do Banco ABC Brasil, focado em empréstimos, financiamentos, prestação de garantias e instrumentos derivativos com clientes de médio e grande porte, conta com uma estrutura que objetiva garantir:

- ambiente de gestão de risco de crédito apropriado;
- operação com processos de concessão de crédito robustos;
- manutenção de processos adequados de administração, mensuração e monitoramento de crédito;
- controles adequados sobre risco de crédito.

*Descrição
(continuação)*

Tal estrutura incumbe-se de todo o ciclo da gestão de crédito, incluindo de forma não exaustiva:

- avaliação de novos clientes;
- revisão de créditos já concedidos;
- avaliação de novos produtos;
- adequação dos produtos a seus clientes-alvo;
- acompanhamento de concentrações;
- liberação de operações dentro das condições aprovadas;
- identificação tempestiva de debilidade na situação econômico-financeira de clientes;
- análise do impacto de mudanças conjunturais na qualidade da carteira;
- adequação das garantias prestadas por clientes;
- cobrança dos valores devidos;
- ações de cobrança;
- administração das garantias coletadas.

*Critérios de
Gestão de
Crédito*

A gestão de risco de crédito congrega todas as atividades decorrentes desde a aprovação das linhas de crédito até a quitação; incluindo a contabilização, a alocação de capital econômico e regulatório e a emissão de relatórios gerenciais periódicos para a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração.

- A gestão do risco de crédito faz-se tanto pela ótica dos processos, quanto dos produtos;
- O processo de aprovação de crédito para clientes novos ou existentes depende da autoridade e da responsabilidade definidas para as pessoas, áreas e comitês envolvidos;
- O processo de concessão de crédito é regido por normas próprias para os segmentos Large Corporate, Corporate e Middle , tendo-se em conta condições de mercado, perspectivas macroeconômicas, mudanças em produtos e concentrações setoriais ou geográficas;
- O risco de crédito é avaliado pelos seus próprios méritos, considerando-se adicionalmente o efeito mitigador das garantias;
- Também se avalia a efetividade da transferência de risco de crédito no caso de aquisição e venda de carteiras, ou no uso de instrumentos como seguros ou garantias;

*Critérios de
Gestão de
Crédito
(continuação)*

- Os limites são estabelecidos por cliente e por grupo financeiro para todas as exposições de risco de crédito, incluindo risco de contraparte, liquidação (settlement) e emissor, tanto das carteiras de negociação, quanto de não-negociação;
- Há processos e ferramentas específicas para a administração das carteiras de crédito e para o monitoramento individual dos clientes, incluindo a determinação adequada de provisões e reservas, e processos de atribuição e acompanhamento de rating;
- Há mecanismos de monitoramento dos riscos, da qualidade e da concentração das carteiras, que são usados na elaboração de cenários de estresse e de relatórios específicos;
- O risco de contraparte advindo de alterações nas variáveis de risco de mercado é identificado e sujeito a análises periódicas;
- Existem processos formalizados de tratamento de créditos problemáticos de acordo com a classificação dos casos segundo o estágio de cobrança;
- Todas as posições sujeitas a risco de crédito são acompanhadas, incluindo aquelas fora do balanço ('off-balance'), que são registradas pelo risco atribuído, levando em conta a probabilidade e o impacto da materialização do direito de recebimento do banco;
- Linhas de crédito de grande porte são aprovadas pelo Comitê de Risco do Conselho, que define também as alçadas da Administração local;
- Produtos novos são analisados levando-se em conta tanto o risco que traz ao banco, quanto ao cliente, de acordo com suas necessidades e sofisticação;
- As áreas envolvidas na gestão e monitoramento do risco de crédito são independentes das áreas de negócio e contam com a estrutura necessária para a execução de suas atividades;
- A verificação independente dos créditos é feita regularmente por trabalhos de auditoria, que são encaminhados ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva.

*Fluxo de
Aprovação*

A aprovação de crédito começa com a visita das Áreas Comerciais à empresa/cliente. Se o cliente apresentar o perfil desejado pelo banco, o gerente de relacionamento prepara uma proposta para análise da Área de Crédito e coleta o material informativo necessário.

De posse da proposta, a Área de Crédito visita ou contata a empresa e emite uma recomendação de crédito. Esta é discutida e, se considerada ajustada ao apetite de risco do Banco, levada ao Comitê de Crédito. Aspectos relacionados a riscos socioambientais também são aprovados pelo Comitê de Crédito.

A aprovação pelo Comitê deve ser unânime e documentada. Depois disto, os limites aprovados são registrados no sistema de controle de crédito.

Rating

O Banco ABC Brasil trabalha com uma escala de rating aplicada aos clientes, complementada pelo rating de cada operação individual. A primeira advém de fatores quantitativos e qualitativos referentes ao cliente e levam em conta o setor, a qualidade da gestão, o posicionamento no mercado, o suporte de controladores, a qualidade das informações disponíveis e os números dos demonstrativos financeiros. Para o rating da operação, considera-se adicionalmente o efeito das garantias associadas.

*Monitoramento
de Crédito*

O enquadramento das exposições de créditos é monitorado constantemente por sistemas dedicados a identificar antecipadamente qualquer deterioração nas condições econômico-financeiras dos clientes buscando o acompanhamento contínuo do comportamento interno e externo dos clientes.

<i>Gestão de Garantias</i>	<p>Responsável por apurar o valor do bem dado em garantia e assegurar que as operações contratadas no banco estão de acordo com as condições aprovadas no Comitê de Crédito, atuando no Workflow de Boletas. É também responsável por acompanhar e monitorar a adequação das garantias relacionadas às operações de crédito, no que tange a Valores, Liquidez e Cobertura prevista, apurando eventuais deficiências na cobertura da exigibilidade. Deve informar para as Áreas de Negócios, Crédito, Monitoramento e Produtos sobre as eventuais irregularidades apuradas, visando alertar a todos sobre o ocorrido de maneira a iniciar o processo corretivo.</p>
<i>Revisão de Crédito</i>	<p>As revisões de crédito são feitas por área funcional e formalmente segregada. O objetivo é duplo: não só se reavalia e busca garantir da qualidade do crédito dos clientes através de avaliação técnica ainda durante o período de vigência das linhas de Crédito, como também o padrão e a eficácia do processo de análise de crédito.</p>
<i>Risco Atribuído</i>	<p>As operações de derivativos utilizam as linhas de crédito aprovadas especificamente para elas em montantes relacionados a uma proporção do valor nominal. Este decorre do prazo da operação e da volatilidade dos fatores de risco envolvidos. O recálculo diário garante que choques de volatilidade, valores pagos e redução do prazo sejam levados em consideração.</p>
<i>Processo de Recuperação de Crédito</i>	<p>O Banco ABC Brasil conta com processos específicos para recuperação ágil dos créditos em inadimplemento, contando também com estrutura específica e dedicada. As áreas de Crédito, Comercial, Jurídica, além dos Comitês de Crédito e das Vice-Presidências, são diretamente envolvidas e a resolução dos problemas é monitorada dentro das especificidades de cada caso.</p>
<i>Responsabilidade dos Comitês</i>	<ul style="list-style-type: none">◦ <i>Comitê de Risco do Conselho</i>: responsável pela aprovação da estrutura de gestão de risco de crédito e pelas linhas acima da alçada dos Comitês de Crédito locais;

- *Comitê Executivo*: aprovação da estrutura de gestão de risco de crédito; garantia de que tal estrutura funcione de forma independente, contando com recursos próprios suficientes;
- *Comitê de Crédito – Large Corporate*: responsável pela aprovação dos créditos para os clientes corporativos até sua alçada e pela ratificação do rating atribuído aos clientes e às operações – toda aprovação deve ser por unanimidade de seus membros votantes, que inclui os membros do Comitê Executivo e os gestores da área de Crédito;
- *Comitê de Crédito – Segmento Corporate/Middle*: responsável pela aprovação dos créditos para os clientes do segmento até sua alçada e pela ratificação do rating atribuído aos clientes e às operações – toda aprovação deve ser por unanimidade de seus membros votantes, que inclui os membros do Comitê Executivo e os gestores da área de Crédito;
- *Comitê Financeiro – Instituições Financeiras*: igual aos demais Comitês de Crédito, mas dirigido aos créditos de instituições financeiras;
- *Comitê de Operações Sindicalizadas*: responsável pela aprovação dos limites para operações de “underwriting”;
- *Comitê de PDD*: discute e valida as atribuições de valores de provisionamento para todas as operações do banco, reavaliando também o rating por conta da faixa de atraso, garantias aportadas, ou fatos relevantes que impactem a capacidade de repagamento do cliente;
- *Comitê de BNDU*: discute o destino dos bens recuperados em créditos problemáticos e define os critérios de venda

Responsabilidade Socioambiental

Descrição

A gestão do risco socioambiental está vinculada à autoridade do Comitê de Crédito, que é o responsável final pela aprovação das condições de relacionamento do Banco com seus clientes.

O risco socioambiental faz-se presente principalmente por conta das atividades de seus clientes e seus impactos sociais e ambientais. Tais impactos podem exigir ressarcimento de danos ou pagamento de multas, atrasar ou interromper projetos em andamento, ou mesmo afetar a capacidade de pagamento dos clientes. Adicionalmente, o Banco deve também evidenciar sua diligência na avaliação destes relacionamentos.

As áreas comerciais, como responsáveis primeiros pelos relacionamentos, devem ter compreensão dos riscos socioambientais de seus clientes e da forma como estes podem impactar o banco, além de acompanharem de perto informações relevantes sobre mudanças em tais riscos.

A avaliação do risco socioambiental é parte integrante das atividades de análise de crédito, utilizando-se para tanto de dados capturados por pesquisas internas ou fornecidos pelos clientes.

Conclusão

Conclusão

As estruturas de Gestão de Riscos estão de acordo com o porte e o grau de complexidade das operações do banco, gozando da independência e suporte necessários para o exercício de suas funções.

Banco ABC Brasil S.A.

Av. Cidade Jardim, 803 – 4º andar

São Paulo – Brasil

CEP 01453-000

Gestão de Riscos